



Índice

- 01** Justiça determina que jornalistas deixem canteiro invadido por índios em Belo Monte
- 02** Exército manda prender militares acusados de torturar índios no Amazonas
- 03** Funai inicia retirada de não índios da terra indígena ianomâmi
- 04** MP denuncia militares acusados de torturar índios
- 05** Número de indígenas despenca 37,7% no período de dez anos em Uberlândia
- 06** Manaus terá primeira ONG indígena de apoio a portadores de hepatites virais
- 07** Murilo reúne líderes indígenas para definir Coordenadoria
- 08** Demarcação de terras indígenas no Brasil esbarra na PEC 215
- 09** Conferências Locais de Saúde Indígena acontecem nos próximos dias 17 e 18 de maio
- 10** Norte Energia diz que irá pedir nova reintegração de posse na segunda
- 11** Projeto mapeia brincadeiras de crianças no Brasil
- 12** Demarcação de terra indígena será tema de audiência com ministra



Justiça determina que jornalistas deixem canteiro invadido por índios em Belo Monte
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 05.05.2013

A Justiça do Pará determinou na sexta-feira (3) a saída de não índios que acompanhavam o segundo dia da ocupação do canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no sudoeste do Estado. O local foi ocupado por cerca de cem indígenas de oito etnias na manhã da quinta-feira (2).

Dois jornalistas --um brasileiro e um francês-- e um ativista tiveram que deixar o local depois que um oficial de Justiça apresentou um mandado de reintegração de posse requerido pelo CCBM (Consórcio Construtor de Belo Monte).

A decisão é da juíza Cristina Collyer, da 4ª Vara Cível de Altamira, e não inclui os indígenas. Eles só podem ser obrigados a sair por força de ordem da Justiça Federal mas, também na sexta-feira, o pedido de reintegração de posse da Norte Energia foi negado.

REIVINDICAÇÕES

Os indígenas pedem a regulamentação do mecanismo de consulta prévia antes de obras que interfiram em terras indígenas, a paralisação de obras e estudos de hidrelétricas nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, além da suspensão do envio de tropas da Força Nacional de Segurança às comunidades.

Com a remoção dos jornalistas, os índios dizem temer que, sem "testemunhas", sejam acusados por eventuais depredações ou conflitos com os agentes da Força Nacional de Segurança e da Polícia Militar, que acompanham a ocupação.

"O governo faz as coisas escondido. A preocupação é que se faça de vítima", disse Valdemir Munduruku, liderança da aldeia Teles Pires.

De acordo com o repórter fotográfico Lunaé Parracho, que está a serviço da agência Reuters, ele e as outras duas pessoas não podem voltar ao local, sob risco de serem presos.

O CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte) informou que considera "invasão" a entrada de pessoas não autorizadas no canteiro de obras. Segundo o consórcio, jornalistas podem entrar no canteiro de obras desde que com autorização prévia.

A assessoria de imprensa do CCBM disse que, nos últimos dois anos, mais de 50 jornalistas visitaram as obras da usina no Pará.

O consórcio afirmou ainda que o temor dos índios não se justifica.

ÍNDIOS

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 074 / 2013

Brasília, 06 de maio de 2013.

O juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes, da Vara de Altamira, justificou a negativa da reintegração de posse em relação aos índios afirmando que a desocupação exigiria o uso de força policial, "o que, indubitavelmente, representa risco de morte" para índios e demais profissionais que participassem da ação.

A Norte Energia alega que os indígenas impedem a saída e entrada dos funcionários no canteiro de obras, o que os colocaria em "risco de passar privação, como falta de luz e comida".

A Funai, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal não puderam ser contatados neste domingo (5).

Em nota publicada na sexta-feira, a Norte Energia declarou que a Força Nacional de Segurança e a Polícia Militar do Pará estiveram no local ocupado para "preservar o patrimônio da obra e a integridade física dos cerca de 4.000 trabalhadores alojados no canteiro."

Exército manda prender militares acusados de torturar índios no Amazonas
SÍTIO MILITARES BRASIL, 05.05.2013



A denúncia de tortura de índios levou o Ministério Público a abrir processo contra militares

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ingressou com uma ação de improbidade administrativa na Justiça Federal contra quatro militares do Exército acusados de torturar índios no município de São Gabriel da Cachoeira (distante 852 quilômetros a noroeste de Manaus). Os indígenas relatam que foram colocados em uma jaula de ferro destinada a transporte de onça do Exército Brasileiro

Sob o comando do primeiro-tenente Samir Guimarães Ribas, os militares Leandro Fernandes Rios de Souza, Ramon da Costa Alves e Walter Cabral Soares, praticaram atos de abuso de autoridade e de tortura, causando sofrimento físico e mental a índios na zona rural do município de São Gabriel da Cachoeira. A ação teve início na noite de 29 de setembro de 2007 e se estendeu até a manhã seguinte, no intuito de investigar e castigar índios envolvidos com tráfico de drogas.

Após receber denúncia, feita por um morador local, de que índios daquelas comunidades estariam consumindo e comercializando drogas, o tenente determinou que os militares compusessem duas patrulhas distintas para identificar, localizar e prender todos que tivessem ligação com os fatos, para que fossem levados, em seguida, à sede do 3º Pelotão Especial de Fronteira.



Funai inicia retirada de não índios da terra indígena ianomâmi

SÍTIO TNONLINE, 05.05.2013

MANAUS, AM, 5 de maio (Folhapress) - A Funai (Fundação Nacional do Índio) iniciou uma nova retirada de "brancos" da reserva indígena ianomâmi, em Roraima. A ação atende a recomendação do Ministério Público Federal para acabar com a invasão de 16 fazendas na terra indígena ianomâmi.

Segundo o procurador da República Fernando Machiavelli Pacheco, na quinta-feira passada três ocupantes de uma das fazendas saíram, pacificamente, da reserva. Eles receberam uma indenização de R\$ 159 mil pela propriedade. Não houve participação da Polícia Federal na operação.

A demarcação da terra indígena ianomâmi foi homologada há 21 anos, em 1992. Desde então, conforme o procurador, não houve ações judiciais contra a demarcação, mas a reserva permanecia invadida pelas fazendas.

"A terra indígena é uma propriedade da União de uso exclusivo das etnias. Então, a Funai tem que cumprir a retirada desses fazendeiros", afirmou Pacheco.

Ações

O processo da chamada desintrusão, que é a retirada de não índios, na terra indígena ianomâmi não teve a batalha nos tribunais como aconteceu com a saída de fazendeiros produtores de arroz da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em 2009, por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

Pacheco afirmou que as ações existentes são de questionamento de valores de pagamentos das indenizações. Ele disse que a Funai já depositou R\$ 1.460.388,26 para pagamentos das benfeitorias aos não índios de 11 fazendas. Ocupantes de outras cinco propriedades não receberão indenizações.

"São posses posteriores à homologação, então são atos de má-fé e não têm direito a indenização", afirmou Fernando Pacheco.

O prazo para o cumprimento da desintrusão acabou em 25 de abril mas, segunda o procurador, a Funai pediu um prazo maior. As 11 fazendas estão localizadas dentro da reserva ianomâmi na região de Ajarani, que fica entre os municípios de Iracema e Caracaraí, no sul de Roraima. O total de famílias de não índios e do rebanho bovino no local não foi informado pela Funai.

Situada na fronteira entre Brasil e Venezuela e com 96 mil quilômetros quadrados, área maior que Portugal, a terra indígena ianomâmi tem 279 aldeias e 21,5 mil índios, que vivem em tensão com garimpeiros e pescadores. A reportagem não localizou os advogados dos fazendeiros para falar sobre a saída da reserva. A Funai não comentou a operação.



MP denuncia militares acusados de torturar índios

SÍTIO INTERJORNAL, 05.05.2013

O Ministério Público Federal apresentou ação de improbidade administrativa contra quatro militares do Exército que são acusados de torturar 12 índios kuripakos na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM).

De acordo com a procuradoria, a tortura aconteceu em 2007, quando os militares foram às comunidades São Joaquim e Warirambã com a intenção de investigar o envolvimento de índios com o tráfico de drogas. A ação tramita na 1ª Vara Federal no Amazonas.

O Ministério Público afirma que os índios admitiram o consumo de drogas e delataram outros envolvidos porque estavam surpresos com a presença de militares armados de fuzis.

Segundo a denúncia, os índios foram levados para o 3º Pelotão Especial de Fronteira, onde foram ameaçados com armas e agredidos com tapas e chutes. Eles ainda foram colocados em jaulas de ferro usadas para transportar onças, de acordo com a Procuradoria.

A tortura começou na noite do dia 29 de setembro e terminou na manhã seguinte, afirma a denúncia.

Para o Ministério Público, os militares praticaram improbidade administrativa por entender que violaram o padrão de conduta ética dos agentes públicos.

"Os militares, a pretexto de coibir a prática de suposto crime de tráfico ilícito de entorpecentes na comunidade em questão, atentaram contra basilares princípios constitucionais administrativos, comportaram-se de modo totalmente arbitrário em detrimento das vítimas, valendo-se da abjeta prática de tortura para subjugar-los, em total contrariedade a mandamentos legais e éticos", afirmam os procuradores Sérgio Valladão Ferraz e Julio José Araujo Junior.

Os procuradores pedem que os militares sejam demitidos do serviço público, tenham os direitos políticos suspensos por até cinco anos, sejam proibidos de fazer contratos públicos e paguem multa de até 100 vezes o salário que recebiam. (da Folhapress)

Número de indígenas despenca 37,7% no período de dez anos em Uberlândia
SÍTIO CORREIO DE UBERLÂNDIA, 05.05.2013

Em uma década, o número de indígenas em Uberlândia caiu 37,78%, de 1.551 para 965. O Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2000, apontou 1.551 índios na cidade, enquanto o levantamento de 2010, divulgado em abril deste ano, contabilizou 965 indígenas. Em Minas Gerais também houve redução dessa população: de 48.720 em 2000 para 31.601 em 2010, o que representa um decréscimo de 35,13%. Em todo o Brasil houve aumento do povo indígena em 11,9%.



Antropólogo Rodrigo Barbosa diz que redução de indígenas deve-se à negação da etnia e à migração para outros lugares

De acordo com o antropólogo especialista em etnologia indígena, Rodrigo Barbosa Ribeiro, a redução dessa população em Uberlândia se deve à não declaração como indígena e à rotatividade. "É preciso muita coragem para as pessoas se autoidentificarem como indígena, porque elas são alvo de muito preconceito e muita violência. Outro fator é a migração. Boa parte dessa população que está em Uberlândia, hoje, não são os indígenas que habitavam o Triângulo Mineiro, são grupos migrantes que vieram para Uberlândia e em um determinado momento podem ter ido para outra região ou voltado para o local de origem", afirmou Ribeiro.

Para o pajé Henrique Gamarra, de 64 anos, que pertence à etnia Terena e veio de uma aldeia em Campo Grande (MS) há cerca de 20 anos para a região do Triângulo Mineiro e há 12 para Uberlândia, a vida na cidade é difícil. "Temos uma vida massacrada. Somos discriminados pela sociedade e pelos políticos. Não temos apoio para nada. Eles não querem saber da gente. Temos um projeto na UFU que dá oportunidade de trabalharmos dentro das escolas com palestras. Mas não temos a nossa terra para plantar alimentos e ervas medicinais", disse.

CONT.

Gamarra vive, há um ano, no acampamento do Glória – área que pertence à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – em uma oca construída por ele e pela cacique Kaun Poti Guarani. A renda dele é proveniente da venda de medicamentos feitos por ele e de R\$ 1,1 mil que recebe a cada três meses do projeto que desenvolve em parceria com a UFU. Mas não deixa de viver a cultura do seu povo. “Fazemos nossas orações, nossas danças, nossos cantos até para mostrar aos estudantes que nos visitam. É muito importante perpetuar a nossa cultura e não deixá-la morrer”, afirmou o pajé.

Comerciante mantém vivas as tradições

Os indígenas que moram na cidade procuram viver a cultura do seu povo da maneira que é possível. Empreendedor nos setores comercial e cultural, Mac Suara Kadiwel, de 53 anos, das etnias Kadiwel por parte de pai e Terena do lado materno, saiu da sua aldeia na região do Pantanal mato-grossense para morar em Uberlândia, há 17 anos, e mantém viva a cultura do seu povo.



Mac Suara Kadiwel é de uma aldeia do Pantanal mato-grossense e vive em Uberlândia há 17 anos

“Eu me isolo psicologicamente. Eu escuto os passarinhos. Vou nas áreas de pescaria. Procuo rios e vou meditar um pouco, que é a cultura do meu povo. E visito constantemente minha aldeia, porque os velhos tradicionais estão morrendo e eu tenho que pegar mais cultura deles, senão eu vou ficar perdido em um elo do tempo. Não vou aprender nada nem ensinar nada”, afirmou Kadiwel.

Ele também fala fluentemente os idiomas mbaiá-guaicuru (Kadiwel) e chané terena (Terena) e tenta repassar seus conhecimentos para a filha de 17 anos. “Não pode deixar o seu DNA e sua cultura perdida. Eu quero fazer o inverso com ela. Levar da cidade para a aldeia para ela viver

CONT.



o que não viu na infância e adolescência. Estou ensinando os idiomas, a tradição, a pintura, o canto e a dança, para ela identificar quem é o pai, qual a sua cultura, os seus valores tradicionais e o seu território verdadeiro.”

Falta de políticas públicas desmotiva autoidentificação

A falta de políticas públicas específicas para os indígenas também faz com que eles prefiram não se autoidentificar com índio, de acordo com o antropólogo especialista em etnologia indígena, Rodrigo Barbosa Ribeiro. Segundo ele, é preciso que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o governo federal criem mecanismos que amparem os indígenas que vivem na cidade. Em Uberlândia, por exemplo, dos 965 indígenas residentes no município, 956 estão no perímetro urbano e 8 na área rural, ou seja, 99,06% vivem na cidade.

“Um caso que presenciei em outra cidade, um indígena da etnia Guarani foi fazer inscrição em um programa para moradia popular e a pessoa que estava fazendo o cadastro disse que ele não poderia se inscrever por ser indígena. Disse que ele teria que pedir para a Funai. Esse é apenas um exemplo de como em alguns momentos falar que não é indígena permite o acesso aos serviços e à moradia”, afirmou Ribeiro.

Segundo ele, também não existem políticas de saúde voltadas à população indígena. “Está sujeito a não ter acesso. Sujeito a ser olhado com olhar mais preconceituoso se ele afirma sua identidade num posto de saúde. As pessoas podem tratar com desdenho, com desprezo ou não dar prioridade.”

“Não aconselho nenhum índio a deixar sua comunidade e se aventurar nas grandes ou pequenas metrópoles ou se desgrudar do seu rebanho. Os políticos falam pelos índios, mas não temos nenhum representante no governo. Tem representante da mulher, dos negros, dos empresários, dos latifundiários, dos agricultores, dos homossexuais, mas não tem nenhum índio”, disse Mac Suara Kadiwel.

Miscigenação ‘esconde’ índios

Os processos de constituição das cidades brasileiras, no início do século 19, têm a presença indígena, mas é menos visível que a presença negra, principalmente porque se pensa o quilombo como uma formação da resistência dos negros e se esquece da presença indígena dentro desses quilombos, segundo o antropólogo especialista em etnologia indígena, Rodrigo Barbosa Ribeiro. Para ele, os indígenas utilizaram essa miscigenação para se esconder.

“É uma estratégia para negar a indianidade ao longo das gerações. Ao nascer com o cabelo enrolado e a pele é mais ou menos do mesmo tom ou um pouco menos escura que a dos africanos, contrasta com a do europeu e é facilmente reconhecido como negro, tanto que no início do século 16, os índios eram chamados de negros da terra. Os índios sofriam e ainda sofrem mais preconceito e racismo do que os negros”, afirmou Ribeiro.

A cacique Kaun Poti Guarani, de 64 anos, da etnia Guarani, que vivia em uma aldeia próximo a Sete Lagoas (MG) e veio para Uberlândia há cerca de 30 anos, já vivenciou vários atos de

CONT.



discriminação. Ela disse que os indígenas vivem com medo de serem mortos. “Botaram fogo na minha aldeia quando eu tinha 5 anos. Alguns escondem a origem indígena, a cultura e não passa de geração por medo de morrer. Alguns olham para a gente com repúdio ou com medo. Tem escola que a gente vai que os meninos choram achando que vamos matá-los. Na cabeça deles, nós somos selvagens.”

Para o pajé Henrique Gamarra, a discriminação vem desde o nascimento. “Não podemos nos registrar com nome indígena. Temos uma carteirinha extra da Funai, que pode colocar o nome indígena, mas a gente é obrigado a ter o nome português na identidade, CPF e qualquer outro documento”, disse.

Quem pode se declarar como indígena

Pelo Estatuto do Índio, de dezembro de 1973, existem dois critérios para se declarar indígena: ter origem e ascendência pré-colombiana ou pertencer a uma comunidade indígena. Pela legislação brasileira, qualquer descendente de índio pode se declarar como indígena.

“Sob esse critério de descendência genética, racial, biológica, quase 90% da população brasileira poderia se declarar indígena, já que a legislação brasileira não estabelece restrição de geração, como no caso da lei norte-americana que restringe à ascendência apenas até a terceira geração”, afirmou o antropólogo especialista em etnologia indígena, Rodrigo Barbosa Ribeiro.



Manaus terá primeira ONG indígena de apoio a portadores de hepatites virais

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.05.2013

Rio de Janeiro – A organização não governamental (ONG) Yura-ná - que significa algo pertencente aos povos indígenas, na língua marubo - será criada hoje (6) em Manaus. O objetivo principal é discutir as políticas públicas de saúde, com foco nas hepatites virais.

O representante dos povos indígenas do Vale do Javari Eliésio Marubo, que vai liderar a ONG, explica que a criação da Yura-ná não vai substituir a atuação de outras organizações indígenas, mas contribuir para a melhoria da qualidade no atendimento de saúde no país.

"A Yura-Ná tem esse papel, essa bandeira central que é o controle social das políticas públicas. Estamos dando ênfase à política de saúde e, dentro desse debate, à hepatite viral, um problema pouco discutido nas organizações. A questão tem sido, eu acho, o calcanhar de Aquiles [ponto mais vulnerável de uma pessoa ou organização] do governo federal".

De acordo com Marubo, mais de 80% da população da Terra Indígena Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, estão em contato com a hepatite viral. Ele diz que as lideranças buscaram, sem sucesso, todas as instâncias de governo para tratar do problema.

"A hepatite viral é o grande mal de que o Brasil vai ser acometido daqui a poucos anos. Eu vejo que a hepatite viral é tão ou mais nociva do que a aids, e a sociedade não tem dado importância à discussão".

Segundo o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena e o Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais desenvolvem ações relacionadas a essas doenças na população indígena desde 2009. O órgão informou que, no ano passado, foram feitas reuniões com representantes da população indígena, profissionais de saúde, coordenações e secretarias de Saúde estaduais e municipais, que resultaram nos planos de ação para os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei).

Entre as ações, foram distribuídos cerca de 2 milhões de preservativos e capacitados 270 profissionais para trabalhar na prevenção e realização de testes rápidos. O ministério informou que também foram enviados quase 100 mil testes rápidos para hepatites B e C aos Dsei..

O balanço da pasta mostra que, em 2010, foram registrados 98 casos de hepatite A, 64 de hepatite B e oito casos de hepatite C em indígenas em todo o país. O índios estão entre os grupos de maior vulnerabilidade às hepatites virais e podem ser vacinados gratuitamente contra a hepatite B.

O protocolo de criação da ONG será assinado nesta segunda-feira e a Yura-ná já conta com 16 voluntários. Quem puder fazer doações ou quiser participar do trabalho voluntário pode entrar em contato pelo e-mail valedojavari-am@hotmail.com. Todas as informações sobre as doenças, como sintomas, formas de contágio e prevenção, estão disponíveis no site www.hepatitesvirais.com.br, do Ministério da Saúde

Murilo reúne líderes indígenas para definir Coordenadoria

SÍTIO GRANDEFM, 05.05.2013

O prefeito Murilo reuniu pela primeira vez a Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas.

O encontro foi na sexta-feira, em seu gabinete, e contou a presença de lideranças das aldeias Jaguapiru e Bororó, incluindo os capitães das duas aldeias. O objetivo foi iniciar o processo de implantação da coordenadoria e discutir assuntos encaminhados pelo prefeito e que cujas decisões serão tomadas pela comunidade indígena.

Estavam presentes a secretária de Educação Marinisa Mizoguchi e os vereadores Madson Valente e Sérgio Nogueira, líder do prefeito na Câmara.



Legenda: Murilo se reuniu com lideranças indígenas e vereador Aguilera de Souza para discutir cargos da Coordenadoria. Crédito: A. Frota

A reunião teve como interlocutor das lideranças o vereador Aguilera de Souza, que falou sobre a criação da função de um diretor geral e vice-diretor e núcleos para as diversas áreas dentro da coordenadoria, contemplando as três etnias que habitam a reserva. O vereador disse que é necessário criar um quadro de cargos para que as ações sejam encaminhadas através de cada segmento.

O prefeito reforçou que a ideia é exatamente essa e já determinou à Procuradoria Geral do município a elaboração de um organograma para que os próprios índios possam escolher os ocupantes dos cargos. "A prefeitura criou a Coordenadoria e eu como prefeito vou assinar a nomeação das pessoas indicadas por vocês, para desenvolver e coordenar as atividades de atribuição desse setor".

Murilo quer a oficialização dos cargos para breve, já que pretende levar esses representantes da comunidade indígena até a capital federal. O prefeito disse aos líderes que vai abrir as portas de todos os órgãos, para que a Coordenadoria possa encaminhar suas propostas diretamente aos setores competentes. "Estou abrindo um caminho para que vocês próprios tenham condições de lutar pela comunidade que representam".

Vilmar Machado, capitão da Aldeia Jaguapiru, disse que o prefeito Murilo está dando oportunidade para que reserva possa ser atendida em suas necessidades, de forma organizada. Silvano da Silva, representando a capitania da Aldeia Bororó, ressaltou que não se trata de uma pasta que está sendo criada para quatro anos, mas sim um segmento, criado por lei, que vai nortear todas as ações futuras nas aldeias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 074 / 2013

Brasília, 06 de maio de 2013.

Para as lideranças, a coordenadoria é o início da construção de uma política indígena com liberdade e independência. Eles entendem ser uma maneira de colocar aqueles que se aperfeiçoaram nas mais diversas áreas ou que cursaram faculdade, para aplicar os conhecimentos adquiridos no trabalho em prol da população.

COORDENADORIA A Coordenadoria de Assuntos Indígenas é um órgão diretamente subordinado ao gabinete do prefeito e terá a competência de planejar e executar, em conjunto com as demais secretarias, as políticas relativas às questões indígenas, em consonância com os interesses das comunidades indígenas, sem contrariar a Legislação e a competência de outros órgãos federais.



Demarcação de terras indígenas no Brasil esbarra na PEC 215

SÍTIO O ESTADO DE MINAS, 05.05.2013

Proposta de emenda constitucional (PEC 215) subordina a aprovação final dos processos ao Legislativo

A tensão entre índios, produtores rurais, governo e Legislativo vai fazer com que dois ministros do governo Dilma Rousseff compareçam à Câmara dos Deputados para esclarecimento, em duas comissões, sobre o mesmo tema: a demarcação de terras indígenas no Brasil. O convite à presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria Azevedo, e a convocação de Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil, para sessões na terça e quinta-feira, respectivamente, vão ocorrer na mesma semana em que será protocolado o pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da demarcação de reservas indígenas, para investigação da atuação da Funai e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) nos diversos processos.

Até agora, de acordo com o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), já foram colhidas 260 assinaturas de parlamentares favoráveis à apuração e o pedido de instalação está marcado para quarta-feira. Para esticar ainda mais a corda, o Congresso também instalou uma comissão especial para dar parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que retira o poder da Funai e do Poder Executivo de promover a demarcação das reservas no país. Segundo a proposta, a fundação permanece com o direito de fazer o levantamento das áreas a serem demarcadas, mas o decreto de demarcação só pode ocorrer depois da aprovação pelo Congresso da proposta.

Segundo Nilton Leitão, integrante da Comissão Especial e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a presidente Dilma Rousseff tem dado "liberdade excessiva" para que a Funai faça as demarcações, algumas acima da lei, sem qualquer debate prévio com o Legislativo. "São quatro ou cinco antropólogos que têm poder de determinar a área a ser demarcada, que depois recebe o aval do governo federal. Isso cria uma insegurança jurídica, já que são esses mesmos servidores que analisam possíveis recursos", diz o parlamentar.

INVASÃO

O melhor termômetro para medir a intensidade do conflito de interesses entre tribos e produtores rurais foi a tentativa de invasão do Palácio do Planalto, em 18 de abril, por índios de diferentes etnias. Quatrocentos deles reivindicavam audiência com a presidente, mas foram barrados pelos seguranças ainda do lado de fora do prédio. Eles queriam protestar exatamente contra a PEC 215, que transfere para o Congresso o poder de demarcar terras indígenas, mas Dilma estava em viagem ao Peru.

A Funai também se diz contrária à aprovação da PEC, assim como da criação da Comissão

CONT.



Especial, “por entender que tal medida, ao retirar a competência exclusiva do Poder Executivo em promover as demarcações de terras indígenas, fere os direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição de 1988 e representa um retrocesso na consolidação de um Estado democrático e pluriétnico”.

A fundação defende ainda a tese de que “é uma ação contrária à efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas. Primeiramente, pelo fato de o Congresso Nacional não ter, entre seus membros, nenhuma representação indígena que possa exercer diretamente a defesa dos seus direitos e interesses”.

O deputado Nilson Leitão, que admite ser um produtor rural, rebate dizendo que existe abuso nas demarcações e cita o caso em que, “com apenas uma canetada”, a presidente Dilma Rousseff disponibilizou 1,54 milhão de hectares para apenas 90 índios. Ele se refere ao decreto de homologação da Terra Indígena Kayabi, nos municípios de Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA). A primeira homologação assinada pela presidente Dilma Rousseff em 2013. Mas o tucano vai mais longe com dados na ponta do lápis. “No Mato Grosso, para se ter ideia, uma família de xavantes tem em média 25 mil hectares de terra, ao passo que um assentado tem direito a pouco mais de 50 hectares por família.”

A Funai rebate o argumento e defende a rejeição da PEC 215. Informa que a proposta, “ao prever a criação de mais uma instância no procedimento administrativo de regularização fundiária de terras indígenas, tornará mais complexo e moroso o processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas – se não significar sua paralisia –, com graves consequências para a efetivação dos demais direitos desses povos, como, por exemplo, garantia de políticas de saúde e educação diferenciadas, promoção da cidadania e da sustentabilidade econômica, proteção aos recursos naturais, entre outros”. A Funai, desta vez usando o mesmo argumento de Leitão, acredita ainda que a medida, em vez de contribuir para a redução dos conflitos fundiários, ocasionará maior tensionamento nas relações entre particulares e povos indígenas, diante das inseguranças jurídicas e indefinições territoriais que vai acarretar.



Conferências Locais de Saúde Indígena acontecem nos próximos dias 17 e 18 de maio
SÍTIO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 05.05.2013

O cronograma de Conferências Locais e Distritais da Saúde Indígena, que iniciaria no final de abril, foi adiado para os dias 17 e 18 de maio, na comunidade Nossa Senhora da Saúde, localizada na zona rural de Manaus. A mudança foi anunciada pela comissão responsável pelo evento, após reunião realizada na sexta-feira, dia 3 de maio, na sede do Ministério da Saúde em Manaus.

As conferências locais servem de avaliação para que possam ser produzidas propostas e diretrizes que possibilitem a formulação das políticas de saúde indígena. Outro objetivo é buscar compreender quais as necessidades das populações e o que é possível ser feito para que todos tenham acesso aos serviços, com qualidade e humanização.

A segunda conferência está prevista para 28 e 29 deste mês, na aldeia Murutinda, no município de Autazes (a 118 quilômetros de Manaus).

De acordo com a Portaria no. 2.357, de 15 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, ao todo 11 conferências deverão ser realizadas até o fim de junho, em preparação para as conferências distritais (cujo período vai até 30 de setembro) e a nacional, que chega à quinta edição e ocorre entre os dias 26 e 30 de novembro em Brasília, com o tema central "Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: direito, acesso, diversidade e atenção diferenciada".

A comissão local é formada por membros Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind); do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/Manaus); do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi/AM) da Fundação Nacional do Índio (Funai); e do Núcleo de Saúde Indígena da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu).

Estrutura – O Brasil possui 34 DSEIs, que representam a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde (SasiSUS). No Amazonas são sete. O de Manaus localiza-se em uma área que vai desde a região metropolitana da capital amazonense até o centro-leste do Estado do Amazonas. O distrito atende a aproximadamente 24 mil indígenas, em 17 polos bases, distribuídos entre os municípios de Manaus, Novo Airão, Manacapuru, Itacoatiara, Autazes, Nova Olinda do Norte, Borba, Manicoré, Berururi, Careiro e Anamã.

Os outros DSEIs funcionam em Parintins, médio Solimões e afluentes (Tefé), médio rio Purus (Lábrea), Vale do Javari (Atalaia do Norte), alto rio Solimões (Tabatinga) e alto rio Negro (São Gabriel da Cachoeira).

Além dos DSEIs, a estrutura de atendimento conta com postos de saúde, com os polos base e as Casas de Saúde Indígena (Casais).



Norte Energia diz que irá pedir nova reintegração de posse na segunda

SÍTIO GLOBO.COM, 05.05.2013

*Um dos canteiros da Usina Hidrelétrica Belo Monte permanece ocupado.
Manifestação de ribeirinhos e indígenas impede prosseguimento de obras.*

Depois de ter o primeiro pedido de liminar para reintegração de posse negado pela Justiça de Altamira, a Norte Energia - empresa responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, no Pará - informou neste domingo (5) que vai entrar novamente na justiça nesta segunda-feira (6) para que os índios e ribeirinhos, que ocupam o Sítio Belo Monte há quatro dias, saiam da área. As obras no canteiro continuam suspensas.

A ação será feita em conjunto com o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pela construção civil da usina. "As empresas acreditam que, desta vez, a decisão deverá ser favorável, já que o argumento para a negativa anterior foi justamente a insistência no diálogo - coisa que os índios manifestaram claramente não estar interessados", diz a nota. Segundo a Norte Energia, o Governo Federal informou neste domingo que as negociações com os índios não evoluíram.

Segundo a empresa, um acordo foi firmado com os índios e ribeirinhos no último sábado (4) para qual eles elaborassem um documento com as suas reivindicações. A carta seria entregue ao Governo Federal, mas o acordo não teria sido cumprido.

"A proposta aceita inicialmente pelos indígenas - tanto os Mundurucus de Jacareacanga quanto os ribeirinhos da região de Altamira - era de que o Governo Federal receberia uma carta com as reivindicações exigidas. O documento seria entregue na manhã deste domingo à representante da Casa de Governo, Cleide Souza, coisa que, segundo ela, não ocorreu", afirma a Norte.

Os manifestantes pedem que a obra seja interrompida. "Queremos que a obra fique parada. Viemos aqui, conversamos com os funcionários para que eles abandonassem a obra", contou o líder indígena Kandiru ari munduruku no sábado (4). Os caciques disseram que irão apresentar a pauta apenas para pessoas com poder de decisão. Os indígenas exigem conversar diretamente com o ministro da Casa Civil, Gilberto Carvalho.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade ligada à CNBB que luta pelos direitos dos índios, os ocupantes só devem sair do local se uma grande plenária for realizada no canteiro. "O funcionário (da empresa) queria que saíssemos do canteiro e que só uma pequena comissão falasse com gente de ministério. Nós não aceitamos. Nós queremos que eles venham para o canteiro e falem com todos nós juntos", informaram os ocupantes em carta aberta divulgada no sábado (4).

Ainda de acordo com a Norte Energia, o Governo Federal já havia manifestado que a condição
CONT.



para levar adiante qualquer negociação com os indígenas é a desocupação do canteiro Belo Monte - a principal das quatro frentes de trabalho da Usina Hidrelétrica Belo Monte. A empresa alega também que o Governo Federal havia marcado reuniões em Jacareacanga, nos dias 10 e 25 de abril, com os mesmos índios instalados nas dependências da obra, com a presença do secretário nacional da articulação social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, mas os indígenas não teriam comparecido.

"Até o momento os manifestantes não apresentam qualquer pauta de reivindicação. Falam apenas em suspender as obras de Belo Monte e os estudos das usinas no rio Tapajós", informou a empresa. Com a resistência dos indígenas, a presença da Força Nacional e da Polícia Militar do Pará será mantida para garantir a segurança dos manifestantes e dos cerca de 4 mil trabalhadores alojados em Belo Monte.

Serviços de alimentação e fornecimento de água e eletricidade para os alojados permanecem em funcionamento.

Entenda o caso

Cerca de 150 manifestantes, entre ribeirinhos e índios de diversas etnias invadiram na manhã da última quinta-feira (2) o sítio Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. Os indígenas chegaram em quatro ônibus, armados com flechas bordunas, uma arma indígena semelhante a uma clava. Uma parte dos manifestantes entrou no canteiro de obras, enquanto o restante ficou na entrada do local impedindo a entrada e saída de pessoas.

Projeto mapeia brincadeiras de crianças no Brasil

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05.05.2013



Equilíbrio entre brinquedos eletrônicos e brincadeiras ao ar livre é importante. Fotos: Agência Brasil.

Brincadeira da queixada, jogo de china, pista de tampinhas. Embora pouco conhecidas por muitos brasileiros, essas são algumas brincadeiras comuns no dia a dia de crianças do país. Baseadas em aspectos culturais, passadas de pais para filhos ou usando peças construídas pelos próprios meninos e meninas, as diversas formas de brincar estão presentes onde existem crianças. Para mostrar ao Brasil as sutilezas desse universo lúdico, que também carrega elementos associados à cultura e à educação, essas brincadeiras estão sendo mapeadas pelo Projeto Território do Brincar.

Por meio da iniciativa, que acaba de completar um ano e é apoiada pelo Instituto Alana, são feitas visitas, que duram até três meses, a comunidades rurais, indígenas, quilombolas, do sertão, do litoral e grandes metrópoles. Após a conclusão do projeto, em dezembro, todos os dados serão transformados em filme, livro e exposições.

De acordo com a educadora Renata Meirelles, coordenadora do Território do Brincar, o objetivo é captar as nuances da infância brasileira, que reflete e espelha o povo que somos. "É um trabalho de escuta, intercâmbio de saberes e difusão da cultura infantil que nos ajudará a discutir melhor a infância, o brincar, o mundo real e a traduzir a voz das crianças, conhecendo nosso país pelos olhos delas", disse a educadora que viaja acompanhada do marido, o documentarista David Reeks.

CONT.



Ela enfatizou que, apesar dos coloridos regionais que as brincadeiras ganham nos diferentes locais do país, há uma forte conexão entre todas as formas de brincar: “o imaginário infantil as conecta de uma forma muito forte”, garante.

Além disso, segundo a educadora, a observação do universo lúdico infantil revela que, apesar de toda a influência mercadológica a que as crianças estão submetidas, como as diversas estratégias de marketing associadas à compra de brinquedos, os objetos industrializados, cheios de efeitos sonoros, visuais e de tecnologia, não são indispensáveis à diversão.

“O brincar é fundamental para criança, que brinca muito em todas as regiões, mas não o brinquedo, que é muito mais uma necessidade do adulto e da indústria. É uma produção pensada pelo adulto para a criança, que, na verdade, tem toda a competência e muita qualidade para desenvolver o brincar de diversas formas que não dependem do brinquedo”, disse, lembrando ainda que em muitas comunidades visitadas as crianças utilizam elementos regionais para produzir artesanalmente seus próprios objetos de diversão coletiva.

É o caso do menino Emerson, morador do bairro do Arraial, em Araçuaí, pequeno município do interior de Minas Gerais, a cerca de 650 quilômetros da capital Belo Horizonte. Dono de uma criatividade própria da infância e de muita disposição para dar asas à imaginação, ele cria brinquedos com madeira encontrada nas casas dos vizinhos. Segundo Renata Meirelles, “ele é do tipo que carrega o brincar consigo seja lá onde for”.

Experiência semelhante foi observada pelo casal em Acupe, distrito do município de Santo Amaro da Purificação, localizado no recôncavo baiano. Os meninos que vivem na comunidade de origem indígena e africana, conhecida por suas manifestações culturais criadas por negros escravizados, usam cacos de telha e gravetos para construir, no chão de terra, pistas de corrida para tampinhas de garrafas, que substituem os carrinhos. O vencedor do jogo, baseado em um conjunto de regras simples, é aquele que chega primeiro ao fim da pista batendo sua tampinha na telha.

Para a coordenadora do Núcleo de Cultura e Pesquisas do Brincar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Maria Ângela Barbato Carneiro, a vivência de brincadeiras é fundamental para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social e emocional das crianças.

“Elas conhecem o mundo e as relações por meio das brincadeiras, têm a possibilidade de desenvolver o raciocínio, explorar o espaço físico, encontrar possibilidades de resolução de problemas e conflitos, entre outros. Podemos dizer que o brincar é um pacote completo de desenvolvimento”, definiu.

Ela enfatizou que os pais devem estar atentos a essa necessidade da infância e precisam equilibrar o acesso a brinquedos eletrônicos, como videogames e joguinhos em tablets e celulares, à diversão cultural, ao ar livre e espontânea.

“Não se pode impedir o acesso à tecnologia, mas é preciso saber que seu uso em excesso aumenta a incidência de problemas como obesidade e isolamento em crianças. Ao contrário, as brincadeiras livres, com outras crianças, em espaços abertos, por exemplo, ajudam a formar adultos mais confiantes, criativos, bem resolvidos e menos individualistas”, disse.



Demarcação de terra indígena será tema de audiência com ministra

SÍTIO CAMARA DOS DEPUTADOS, 05.05.2013

A ministra da Casa Civil, Gleise Hoffman deve vir à Câmara na próxima quarta-feira para prestar esclarecimentos sobre os processos de demarcação de terras indígenas na Comissão de Agricultura.

Segundo os produtores rurais, os processos de demarcação estão sendo realizados sem que os produtores e os municípios tenham acesso às informações.

Hoje, a demarcação depende do laudo antropológico da Funai e da manifestação dos envolvidos - estados, municípios, produtores e índios- mas, a decisão final é dada pelo Poder Executivo.

O deputado Luiz Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, diz que os produtores estão sofrendo com a pressão da Funai que ao longo dos anos vem retirando dos produtores milhares de hectares para serem transformados em reservas indígenas.

"Nós estamos denunciando laudos antropológicos fraudulentos. Nós estamos denunciando áreas da Funai sendo arrendadas para o plantio de lavouras, sendo hoje exploradas com diamantes por exemplo, como é o caso de Rondônia. Várias situações irregulares e a Funai continua nesse processo, nessa voracidade."

Luiz Carlos Heinze disse ainda que os produtores estarão em Brasília na quarta-feira para pressionar o governo a reeditar a Portaria 33 da Advocacia Geral da União que determina que os trâmites para demarcação de novas reservas indígenas siga os moldes da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.